

# PROJETO DE LEI Nº , DE 2024

Altera a Lei 14.791, de 29 de dezembro de 2023, para definir regras específicas para apresentação de emendas do Art. 166 e Art. 166-A da Constituição Federal.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** A Lei 14.791, de 29 de dezembro de 2023, passa a vigorar com o seguinte texto:

“Art. 82. ....

§ 9º Durante a vigência de estado de calamidade pública, decretado pelo Congresso Nacional por iniciativa privativa do Presidente da República, estão autorizadas as reaberturas dos prazos apresentados no caput.

§ 10 Durante a vigência do estado de calamidade pública disposto no §9º, o Poder Executivo está autorizado a cancelar as indicações e empenhos para reiniciar as indicações pelos parlamentares.”

**Art. 2º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

## JUSTIFICAÇÃO

Os brasileiros do Estado do Rio Grande do Sul estão sofrendo impactos nunca vistos e precisam do apoio de todos. É preciso ajustar a Lei



de Diretrizes Orçamentárias para dar mais flexibilidade à execução do orçamento público.

Este Projeto de Lei propõe reabertura excepcional dos prazos para indicações das emendas parlamentares durante a vigência de estado de calamidade pública de forma que todos os deputados e senadores possam contribuir com a ajuda humanitária e reconstrução dos municípios afetados.

Sala das Sessões,

**Senador CLEITINHO**  
**REPUBLICANOS - MG**



Assinado eletronicamente, por Sen. Cleitinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3304190392>